

## Plenária aduaneira entrega carta dos Auditores ao Secretário da RFB



Auditores apresentam a Carta ao Secretário Barreto

**R**epresentantes dos Auditores-Fiscais de todas as regiões do País compareceram à Plenária Aduaneira realizada nos dias 28 e 29 de agosto, em Brasília, para deliberar sobre os impactos dos recentes atos normativos e ações em defesa do setor. Do encontro, resultou a Carta da Plenária Aduaneira, entregue ao Secretário Carlos

Alberto Barreto em ato solene no prédio do Ministério da Fazenda (29/08). O documento destaca o processo de fragilização da Aduana e o estado de ânimo dos Auditores, insatisfeitos com propostas de mudanças nos procedimentos fiscais que poderão acarretar sérios prejuízos para a sociedade brasileira. **Página 3**

## Curatela de assuntos jurídicos beneficia Auditores



**A** convite da direção da DS/Rio, a Auditora Cledi de Fátima Manica Moscon (*foto*), presidente do Conselho Curador de Assuntos Jurídicos (CCAJ) do Sindifisco Nacional, esteve no Rio de Janeiro, no dia 19 de agosto, para falar aos filiados sobre o papel e a atuação do órgão, que acompanha o trabalho do Departamento Jurídico da Diretoria Executiva Nacional (DEN). O CCAJ foi criado em 2010, para defender os interesses jurídicos dos Auditores-Fiscais. Além de acompanhar o andamento de cerca de 10 mil processos, emite resoluções para a DEN, visando aprimorar o desempenho do Departamento Jurídico – o que contribui, inclusive, para reduzir as despesas dos filiados com a contratação de escritórios de advocacia. **Páginas 4 e 5**

# Receita com Aduana

**A**ntevendo a fragilização iminente da Receita Federal, a partir de atos normativos recentes que atingem especificamente seu braço aduaneiro, os Auditores-Fiscais voltaram a se mobilizar, em agosto. Uma proposta da DS/Rio de ampliar o debate em Plenária Nacional, com foco na questão aduaneira, recebeu apoio da maioria das Delegacias Sindicais. Submetida à categoria, em assembleia nacional, por determinação do Conselho de Delegados Sindicais (CDS) reunido em Salvador, nos dias 6 e 7 de agosto, a proposta foi aprovada.

O CDS determinou, ainda, pela realização de campanha nacional, sob o lema “Somos todos Aduaneiros” – o que reforçou o caráter de solidariedade aos colegas da Aduana e o reconhecimento à competência do órgão para o controle e fiscalização do comércio exterior.

A Plenária Nacional Aduaneira foi realizada em Brasília, nos dias 28 e 29 de agosto. A análise dos diversos fatores que colocam em risco a plena atuação da Aduana reforçou uma visão ainda maior: é prioritário promover a unicidade dos Auditores em prol da Receita Federal, valorizando a instituição pelo que representa para a sociedade brasileira. Qualquer medida que reduza suas atribuições comprometerá diretamente a soberania nacional – e, portanto, deve ser revista ou revogada de imediato. ■



O **Agente Fiscal** é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do Sindifisco Nacional – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil

- Presidente:** João Luiz Teixeira de Abreu
- Vice-Presidente:** Antônio Henrique Azevedo da Cunha
- Secretário-Geral:** Robson Guedes Lassarot
- Diretor de Finanças:** Luiz Gustavo Pereira Regadas
- Diretora-Adjunta de Finanças:** Sonia Maria Bindaes Campos Pereira
- Diretora de Administração:** Patrícia de Araújo Magalhães
- Diretora de Assuntos Jurídicos:** Bety Gutnik Nisenbaum
- Diretora-Adjunta de Assuntos Jurídicos:** Leila Souza de B. Signorelli de Andrade
- Diretor de Defesa Profissional:** Luciano de Moraes Rebouças
- Diretor de Comunicação:** Luiz Roberto Bicalho Domingos
- Diretora de Assuntos de Aposentados:** Maria Gláudia Ferrer Mamede
- Diretora-Adjunta de Assuntos de Aposentados:** Sonia Maria Cunha dos Santos
- Diretor de Relações Intersindiciais e Assuntos Parlamentares:** Paulo Torres de Carvalho Barbosa
- Diretor de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social:** William Brígido Costa
- Diretora de Atividades Socioculturais:** Maria Alice Sant’Anna Wiltshire
- Diretores Suplentes:** Vera Teresa Balieiro A. da Costa, Rosângela Dutra Weck e Célia Satiyo Seto
- Conselho Fiscal:** Aelio dos Santos Filho, Lenine Alcantara Moreira, Marilene de Oliveira Maron

## Endereços da DS/RJ

Rua Debret, 23 - Sls. 711/712 – Centro  
 CEP 20030-080 – Fone: (21) 3125-3800  
 Fax: (21) 3125-3805 e Rua da Quitanda, 30  
 11º andar – Centro – CEP 20011-030  
**Fone:** (21) 3916-8550

**E-mail:** dsrj@sindifisconacional-rj.org.br  
**Site:** www.sindifisconacional-rj.org.br

**Jornalista Responsável/Redação:** Sônia d’Azevedo (Reg.Prof. 17226 RJ) **Diagramação:** Sylvio Marinho  
**Fotos:** AFRFB Luiz Bicalho, Reginaldo Cruz (DS/Campinas-Jundiaí) e Sônia d’Azevedo **Impressão:** Sumaúma

Distribuição gratuita – circulação local. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

# Carta da Plenária Aduaneira reflete insatisfação dos Auditores

Após dois dias de amplo debate, os Auditores-Fiscais vinculados à área aduaneira documentaram, em Carta, a insatisfação com os recentes atos normativos que fragilizam a Receita Federal e interferem no controle do fluxo do comércio internacional exercido pela fiscalização aduaneira. A Carta foi entregue ao Secretário Carlos Alberto Barreto no dia 29 de agosto, em ato solene com a presença de cem filiados. O Auditor Lupércio Machado Montenegro, Primeiro Vice-Presidente, representou a Diretoria Executiva Nacional (DEN), e o Auditor Luiz Sérgio Fonseca Soares (DS/BH), presidente da Mesa Diretora da Plenária, fez a leitura do documento (quadro).

## “Carta da Plenária Aduaneira Nacional”

Senhor Secretário da Receita Federal do Brasil

Os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil reunidos na Plenária Aduaneira, em Brasília, em 28 e 29 deste mês, vêm expressar que são inaceitáveis diversas medidas, algumas em gestação no âmbito da RFB, outras publicadas por órgãos estranhos à Aduana, que afetam profundamente a função de controle do comércio exterior pela Receita Federal e o exercício da atividade fiscal.

Esta plenária aprovou o entendimento no sentido de que a plenitude da fiscalização aduaneira deve ser realizada no âmbito da Coana – e não da Cofis – fazendo-se cumprir o que já está previsto no art. 268 do atual Regimento Interno da RFB, que lhe reserva a possibilidade de fiscalizar tributos internos. Para isso, faz-se necessário remover entraves tecnológicos e burocráticos de pequena monta, mantendo-se, *in casu*, os fundamentos da atual estrutura organizacional.

Sabemos que, em determinado momento de uma fiscalização aduaneira, faz-se necessário estendê-la para alcançar os tributos internos, sendo o caso da cadeia do IPI um exemplo clássico. Sendo assim, a gênese deste fato tributário está na operação de comércio exterior, no âmbito da Aduana, art. 219, 225, 237, parágrafo primeiro do art. 145, e inciso XVIII e XXII do art. 37, todos da Constituição Federal. Logo, por uma questão de eficiência e racionalidade administrativa, faz sentido abordá-la a partir desta e não no sentido inverso, desde a área de tributos internos. Embora a legislação aplicada seja a mesma, a lógica de seleção e programação das duas áreas é diferente. Ademais, a missão da Aduana enfatiza o controle, enquanto a cultura do montante arrecadatário é característica da fiscalização de tributos internos.

Estamos dispostos a agir em defesa da Aduana mobilizando não só os servidores aduaneiros, mas denunciando à sociedade brasileira as consequências da sua fragilização, com prejuízo ao livre comércio e incentivo à concorrência desleal, dentre outras. Assim, conclamamos Vossa Senhoria a se unir a nós em prol de uma Aduana forte e intransigente em defesa da soberania nacional.

Colocamo-nos, ainda, à disposição para o diálogo franco, aberto e transparente com a direção da Secretaria da Receita Federal do Brasil para a construção de medidas que venham aprimorar o funcionamento da Aduana, pelo qual seria de bom alvitre a suspensão da edição de qualquer ato que venha a alterar a sua estrutura organizacional de forma unilateral.

Além disso, como bem ressaltado por nossos colegas na Carta do Recife, clamamos por sua urgente atenção para os gravíssimos e irreparáveis prejuízos para o exercício das competências legais e constitucionais da Receita Federal do Brasil nos aeroportos nacionais que a Resolução ANAC nº 207/2011 (alterada pela Resolução ANAC nº 278/2013) causou ao estabelecer que as autoridades aduaneiras – responsáveis constitucionais pelo controle e vigilância da zona primária – passem a ser paradoxalmente submetidos à inspeção pessoal de segurança.

Senhor Secretário, urge articular com o núcleo central do Governo Federal a imediata revogação das mencionadas resoluções ANAC, porquanto injustas, ilegais, inconstitucionais e contraproducentes, com consequências profundamente negativas para o interesse nacional.

Nestes termos, os delegados presentes nesta plenária estão certos e confiantes de sua enérgica e imediata providência para a suspensão da edição de qualquer ato que venha alterar a estrutura organizacional da Aduana, bem como coordenar a articulação para repelir qualquer ameaça à nossa instituição e ao País.

BRASÍLIA - DF, 29 DE AGOSTO DE 2013.  
PLENÁRIA ADUANEIRA NACIONAL”

# Conselho identifica fatores adversos e agiliza trato das questões jurídicas

“**T**enho convicção de que o CCAJ foi uma das melhores ideias surgidas com o novo estatuto do Sindicato”, afirmou a Auditora Cledi Moscon, no Rio de Janeiro, após relatar o trabalho realizado pelo órgão consultivo e a tramitação de ações importantes como a dos 28,86% e a execução dos 3,17%.

O CCAJ foi instituído, por estatuto, como órgão independente e autônomo do Sindifisco Nacional – determinação que partiu dos próprios filiados. O órgão tem apontado ocorrências como perdas de prazos e falta de documentação ou de assinaturas, que prejudicaram diversos processos.

A curatela dos assuntos jurídicos tem o sentido de cuidado, vigília e acompanhamento. Esse olhar criterioso identifica situações adversas, que são analisadas e levadas à DEN, juntamente com proposta de resolução aprovada por, pelo menos, 2/3 dos conselheiros.

**Resoluções** – As resoluções abrangem temas diversos – da redução de custos para os filiados à melhoria dos procedimentos internos. Exemplo: o Sindicato pagava altas taxas de manutenção dos processos, para execução de ações coletivas. O motivo era o grande número de exequentes de regiões diferentes, concentrados num único escritório. Na Resolução 009/2011, o CCAJ sugeriu que a DEN distribuisse as execuções em escritórios das localidades dos Auditores e, ainda, que os contratos firmados privilegiem o êxito, evitando taxas mensais de manutenção.

As Resoluções 041e 043, ambas de junho deste ano, focam nas melhorias internas. A primeira, oriunda da

base Rio, propôs que o Sindicato implemente o direito de preferência do idoso e do portador de moléstia grave. Dessa forma, consolida internamente ato de valorização previsto na legislação vigente. Já a Resolução 043 solicita que o Departamento Jurídico da DEN publique, em área específica do site sindical, informações atualizadas sobre o andamento das ações judiciais. Assim, elimina-se o risco de notícias equivocadas ou fontes não confiáveis.

**Limitações** – Apesar de sua importância, o CCAJ dispõe de orçamento anual inferior a 5% do montante assegurado ao Departamento Jurídico. Por isso, as Comissões Regionais, que promoviam a interação entre o Conselho e os filiados, já não se reúnem – exceto quando as Delegacias Sindicais assumem as despesas, como aconteceu no Rio de Janeiro. O fundo de manutenção das comissões, aprovado em 2011 pelo Conselho de Delegados Sindicais (CDS), foi cortado em 2012.

“As comissões regionais amplificam as informações do Departamento Jurídico, que está em Brasília, longe das bases, e recolhem as demandas dos filiados. Também apontam problemas, como processos parados por falta de emissão de precatório. Mas, sem verba, há dificuldade para realizar essas reuniões”, disse a Auditora Cledi.

A Auditora Cledi considera “natural que haja pressões e resistências por parte da direção nacional”, por se tratar do trabalho de um órgão autônomo, que “não subordina, nem está subordinado”. Mas ela também acredita ser possível “encontrar o meio-termo”. Afinal, os principais beneficiados pela atuação vigilante do CCAJ são os filiados.

## Como funciona o CCAJ

- Cada região fiscal elege dois conselheiros para mandato de dois anos. Para garantir a autonomia, a eleição é intercalada com a da Diretoria Executiva Nacional (DEN).
- Em reuniões internas, os conselheiros analisam problemas e questionamentos dos filiados e aprovam resoluções à DEN (ver link: <[http://www.sindifisconacional.org.br/index.php?option=com\\_content&view=section&id=66](http://www.sindifisconacional.org.br/index.php?option=com_content&view=section&id=66)>)
- Em reuniões externas, informam sobre seu trabalho e ouvem as inquietações jurídicas dos filiados. Também se reúnem com os escritórios credenciados e com os advogados do Departamento Jurídico do Sindifisco (em Brasília, Porto Alegre e Recife).
- Devido ao elevado número de processos em tramitação, cada região fiscal acompanha uma parte das ações (*quadro*).



A Auditora Cledi Moscon (centro) relatou a atuação do CCAJ, ao lado da Diretora de Assuntos Jurídicos da DS/Rio, Bety Gutnik Nisenbaum e do presidente da DS, João Abreu

## Entrevista com a presidente do CCAJ

### Quais as principais ações em curso?

**Auditora Cledi Moscon** – Todas são importantes. Quando positivo, o resultado da ação insere, no patrimônio jurídico do filiado, um direito patrimonial ou subjetivo.

### Quais as ações de maior alcance, em número de filiados?

**CM** – Ação de execução dos 28,86% (ex-Unafisco); ação de execução dos 3,17% (ex-Unafisco, ex-Fenafisp e ex-Sindifisp) – nesta, o CCAJ acompanhou a elaboração dos cálculos, aco-

lhendo e corrigindo as inconsistências apontadas. Temos também as ações para inclusão de parcelas além do subsídio. Estas têm sido julgadas improcedentes, pelos tribunais, mas os recursos interpostos devem ser bem acompanhados, num esforço para reformar a decisão negativa.

### Quais os principais entraves à atuação do CCAJ?

**CM** – Há uma resistência intermitente e injustificada desde a primeira composição do CCAJ, em 2010. O

CCAJ é um órgão do Sindifisco. Obstaculizar suas atividades é desrespeitar o Estatuto. E representa uma violação à democracia participativa, aos princípios da eficiência, do zelo e principalmente da transparência, prescritos no artigo 2º do Estatuto. Outro obstáculo é o orçamento minúsculo, que limita a movimentação e a participação de seus integrantes. Apesar dos poucos recursos, o CCAJ tem conseguido realizar um bom trabalho. Poderia fazer mais, se houvesse condições.

## Composição do CCAJ (2012/2014) e tarefas por Região Fiscal

RF	Titular	Suplente	Tarefas
1ª	Carlos Roberto Teixeira	Januário Braz	Acompanhamento das ações de Execução dos 28,86%
2ª	Eustorgio Luiz Alves Guimarães	Roberto Paulo da Silva Santos	Acompanhamento das novas ações do Sindifisco Nacional
3ª	Caubi Castro Branco	João Luiz dos Santos	Acompanhamento das despesas e orçamento do CCAJ
4ª	Janira dos Santos Gomes	Marcelo Tavares	Acompanhamento das ações de execução dos 3,17%
5ª	Luiz Cláudio de Araújo Martins	Alex Marco Gama Magnavita	Acompanhamento das ações da antiga Fenafisp e do antigo Sindifisp
6ª	Antônio Augusto Bianco	Pérsio Rômelo Macedo Ferreira	Acompanhamento das ações do antigo Unafisco Sindical
7ª	Ronaldo Loureiro	Luiz Fernando Santos Del-Penho	Acompanhamento das ações de AJI
8ª	Abel Valini	Maria Cristina Euzébio	-----
9ª	Sebastião Afonso de Mattos	-----	Acompanhamento dos contratos com advogados terceirizados
10ª	Cledi de Fátima Manica Moscon	Heinrich Antônio Gerstner	Antes do atual mandato, acompanhamento dos contratos com advogados. Atualmente, presidência do CCAJ

## Isolamento após aposentadoria preocupa Delegacia do Rio



Léa Carneiro (à dir.), com os Auditores Clóvis Cirne e Maria Gláudia Mamede, em visita à Villa Duarte

Você se lembra de colegas que simplesmente desapareceram, após a aposentadoria? Já teve curiosidade de saber onde estão e o que fazem agora? Pois, acredite: em vez do merecido descanso ou do aconchego familiar, é possível que muitos deles estejam isolados e precisando de apoio.

A Diretoria de Assuntos de Aposentadoria e Pensões da DS/Rio, através de seu Serviço Social, vem registrando um número crescente de atendimentos a filiados com esse perfil. São pessoas que, por motivos diversos, ficaram sozinhas e hoje enfrentam dificuldades, sem saber a quem recorrer. Os casos podem ser agravados pelo medo de pedir ajuda a estranhos – o que geralmente ocorre após alguma experiência traumática. Em poucos anos, o processo vai da perda do contato social à falta de noção da própria identidade e direitos, o que pode ser irreversível.

**Quadro grave** – Há pouco tempo, a Assistente Social da DS/Rio, Léa Carneiro, foi informada por filiados que uma antiga auditora estava internada em hospital público carioca, apresentando quadro grave de desnutrição. O porteiro do prédio encontrou-a desacordada, após abrir o apartamento da aposentada por causa de uma inundação.

“Há oito anos ela não fazia o recadastramento obrigatório. O salário foi suspenso, o plano de saúde cortado. Mesmo possuindo dois apartamentos em áreas nobres do Rio, não tinha dinheiro nem para comer”, conta Léa. Por sorte, alguém se lembrou de uma afilhada da auditora, residente no sul do país, que foi localizada e providenciou a curatela. Começa, agora, um longo processo jurídico para recuperação dos bens e direitos pessoais perdidos.

A direção da DS/Rio conta com o apoio do Serviço Social para desenvolver projetos focados nos filiados aposentados. Atividades de integração e expansão dos convênios se tornaram prioridade – e indicações de casas de repouso e hotéis-dia de qualidade são bem-vindas.

“Os convênios nesse segmento serão supervisionados diretamente pelo Serviço Social, como já é feito com a Villa Duarte. Também pedimos que nos informem imediatamente, se souberem de colegas que precisam de ajuda”, diz Léa Carneiro. A assistente social atende na Sede Quitanda, às terças e quintas-feiras, das 9h às 17h – telefone (21) 3916-8550. Nos demais dias, realiza atendimentos e visitas aos filiados, estando acessível pelo celular (21) 8488-1490.

## Trekking encerra temporada 2013 com dois eventos

Os últimos eventos do ano já têm data marcada. No dia 6 de outubro, os bravos andarilhos farão a Trilha da Pedra do Elefante (conhecida como Alto Mourão), localizada na Serra da Tiririca, entre Itacoatiara e Itaipuaçu, em Niterói (RJ). O coordenador da atividade, Auditor aposentado Arnaud Silva, lembra que a trilha é considerada difícil, “mas o esforço é compensado por uma das mais belas vistas do estado”. Saída da Sede Debret, às 7h30m. Inscrições até 30/09, com Felipe, pelo telefone (21) 3125-3808.

O encerramento da temporada será no Parque Estadual do Ibiti-



Temporada começou em julho e já faz sucesso

poca, em Lima Duarte (MG), entre os dias 29 de novembro e 1º de dezembro. As trilhas têm diversos níveis de dificuldade, o que assegura atividade para todas as faixas etárias e condicionamentos físicos. A viagem de carro dura cerca de 4

horas e as acomodações, em apartamento duplo, custam em torno de R\$ 350,00. Inscrições até o dia 30/09, impreterivelmente, para reserva das acomodações. Local e horário de saída serão divulgados em breve.

## ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS

# Passeios consolidam antigas amizades

Os relacionamentos nascidos no ambiente de trabalho podem (e devem) ser mantidos, após a aposentadoria. E nada mais apropriado para consolidar antigas amizades do que passeios e atividades em grupo. Pensando nisso, a Diretoria de Assuntos de Aposentadoria da DS/Rio elabora um calendário anual de atividades, que inclui passeios locais, programas culturais, viagens pelo Brasil e ao exterior.

**Percorso além-mar** – Entre os dias 6 e 23 de junho, um grupo de 33 pessoas, entre filiados e seus familiares, visitou a Turquia e a Grécia. A viagem incluiu passeio de balão na Capadócia e um cruzeiro pelas belas Ilhas Gregas. A convivência harmoniosa estreitou os laços a tal ponto que os viajantes se reencontraram no dia 25 de agosto, para almoço de confraternização num restaurante do Rio de Janeiro. A diretora-Adjunta de Assuntos de Aposentadoria, Sonia Maria Cunha, representou a DS/Rio na viagem.



Capadócia (Turquia)



Atenas (Grécia)



Cruzeiro às Ilhas Gregas



Capadócia



Confraternização no Rio



Istambul (Turquia)

**Encantos da Serra Fluminense** – Um passeio à bela cidade de Petrópolis, na Serra fluminense, no dia 10 de agosto, encantou o grupo composto por dez filiados, acompanhados por familiares e amigos. No roteiro, visitas ao tradicional Hotel Quitandinha – que foi reformado e está muito bem conservado – e ao Museu Imperial, cujo acervo possui mais de 300 mil peças. Foram os locais visitados no dia 10 de agosto. A diretora de Assuntos de Aposentadoria, Maria Gláudia Mamede, conduziu o grupo.



Passeio a Petrópolis encantou os filiados



## Adquira seu convite para a Festa de Natal

Os convites para a Festa Natalina da DS/Rio estarão disponíveis nas Sedes Debret e Quitanda, entre os dias 5 de outubro e 12 de novembro. Não haverá reserva! Cada Auditor poderá levar até dois convidados. O evento será no dia 4 de dezembro, no Clube Ginástico (Av. Graça Aranha, 187 – Centro), a partir das 19h. Animando a festa, a Banda Celebrare. Valores dos convites: R\$ 50,00 (Auditor) e R\$ 80,00 (convidado).



**Carnaval 2014** – Belas praias, pontos históricos e o folclore alagoano estão no roteiro do passeio a Maceió, programado para o Carnaval 2014. A saída do Rio de Janeiro será no dia 28 de fevereiro, com retorno no dia 7 de março. Os viajantes visitarão Maragogi – famosa pelas galés naufragadas –, a tranquila Praia do Francês, as paisagens de Barra de São Miguel e a Praia de Paripueira, no Litoral Norte, com suas piscinas naturais formadas por bancos de coral. Reservas até o dia 10 de outubro, na Sede Quitanda, com Cláudia – telefone (21) 3916-8550.

Reginaldo Cruz/DS Campinas-Jundiaí



## Receita em debate

Assim como ocorreu na DS/Rio, em maio, as mudanças no ambiente de trabalho dos Auditores-Fiscais mereceram destaque no seminário promovido pela DS/Campinas-Jundiaí, nos dias 15 e 16 de agosto. A diretora da DS/Rio, Vera Teresa Balieiro (foto), foi uma das palestrantes do painel intitulado “*Receita Federal em questão: as transformações nos processos de trabalho e desafios para o Sindifisco Nacional*”. O conteúdo das palestras está no Portal dos Auditores: [http://www.audidoresfiscais.org.br/nacional/?area=ver\\_noticia&id=149](http://www.audidoresfiscais.org.br/nacional/?area=ver_noticia&id=149)

## AVISO IMPORTANTE

### Novo convênio para Assessoria Jurídica

**Atenção!** Na Edição Especial de AGENTE FISCAL de agosto, o e-mail do **Escritório de Advocacia Mitigo Advogados** saiu incompleto (p. 3). Eis o correto: [contato@mitigoadvogados.com.br](mailto:contato@mitigoadvogados.com.br). O convênio com o escritório contempla ações de Responsabilidade Civil, principalmente as de competência dos Juizados Especiais Cíveis, que envolvem Direito do Consumidor – em sua maioria, reparação por danos materiais e morais contra o sistema financeiro e estabelecimentos diversos, incluindo lojas virtuais.

## Iniciativas repercutem

As iniciativas da DS/Rio para proteção dos filiados idosos e maior integração social repercutem de forma positiva fora da base. No **IV Encontro de Aposentados e Pensionistas da DS/Espírito Santo**, realizado nos dias 21 e 22 de agosto, a diretora Celia Satiyo Seto falou sobre ações locais para melhorar a qualidade de vida dos co-

legas. “Os da ativa enfrentam pressões enormes no trabalho e os aposentados ficam à mercê do sistema financeiro, de maus prestadores de serviços e até da solidão. As ações da DS buscam orientar e agregar as pessoas”, disse Celia Seto – na foto, com o palestrante Serge Goulart e o Auditor Leonildo Soares Junior (DS/ES).



## Quem “manda” no Congresso?

No dia 6 de agosto, o Auditor Dão Real Pereira dos Santos apresentou na DS/Rio o projeto “**Donos do Congresso**”, coordenado pelo Instituto de Justiça Fiscal (IJF), de Porto Alegre. Ao pesquisar a origem dos recursos das últimas campanhas eleitorais, o IJF apurou que 47% dos deputados federais e 44% dos senadores foram financiados por grupos empresariais. Nem os partidos escaparam: 87% da receita dos comitês vieram de doações de grandes empresários. Esse alto investimento é compensado pela aprovação de projetos favoráveis às empresas. “A MP dos Portos interessava a certas empresas que já haviam apre-

sentado projetos ao governo, mas ‘passou’ como se fosse essencial à sociedade. Portanto, o espaço político se tornou espaço para grandes negócios”, disse Dão Real. De fato, 32% dos recursos que elegeram os atuais parlamentares saíram de dez doadores – seis construtoras; uma empresa do setor de carne bovina que foi a maior beneficiária do BNDES, em 2012, e três bancos privados. Com “**Donos do Congresso**”, o IJF pretende mapear esses dados e contribuir com o cidadão/eleitor para a escolha consciente de seus representantes no Legislativo. O projeto será desenvolvido através de parcerias com entidades sem fins lucrativos.

